



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08229376120198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VICENTE ESTEVAO BRITO DE LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Em sede administrativa foi produzido laudo conforme trecho abaixo:

DADOS DO SINISTRO				
Número: 3190363422	Cidade: Boa Vista	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: VICENTE ESTEVAO BRITO DE LIMA	Data do acidente: 05/11/2018	Seguradora: UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA		
PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA				
Data da análise: 05/07/2019				
Valoração do IML: 0				
Perícia médica: Não				
Diagnóstico: TRAUMA CONTUSO ABDOMINAL COM LESÃO ESPLÊNICA GRAU V.				
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (LAPAROTOMIA EXPLORADORA E ESPLENECTOMIA) E ALTA MÉDICA. P4				
Sequelae permanentes: AUSÊNCIA CIRÚRGICA DO BAÇO.				
Sequelae: Com sequela				
Conduta mantida:				
Quantificação das sequelae: PERDA ANATÔMICA INTEGRAL DO BAÇO.				
Documentos complementares:				
Observações:				
Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.				
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10 %	Em grau completo - 100 %	10%	R\$ 1.350,00
		Total	10 %	R\$ 1.350,00

Ocorre que, o laudo pericial produzido em juízo, não representa a realidade do autor.

Conforme se observa pela descrição da lesão, fica evidente que a lesão ocorrida ocasionou apenas a retirada do baço:

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

lesão esplênica com necessidade de esplenectomia

Eis que petito não observou o que dispõe a Lei 11945/09 e sua tabela, que prevê valor específico para quando se trata da retirada do órgão em questão, e ao invés de enquadrar a lesão assinalou “LESÃO ABDOMINAL” para a qual não existe enquadramento.

Cumprido destacar, a observação feita pelo perito, totalmente divorciada da realidade dos autos:

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem qualificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

lesão com alta incidência de óbito devido hemorragia.

Portanto, segundo a documentação dos autos, é inequívoca a lesão e sua repercussão, com a retirada do baço da vítima, **não tendo acarretado invalidez com limitações além daquelas já decorrentes da retirada do baço.**

Verifica-se, em verdade, um verdadeiro equívoco por parte do perito ao indicar invalidez não possui enquadramento na tabela.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO - SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

(ENQUADRAMENTO EQUIVOCADO DA LESÃO DIANTE DA TABELA)

Neste sentido, fato que precisa ser considerado é que a graduação deverá considerar a efetiva invalidez a que restou acometida a vítima, devendo ser observado que somente foi atingido o tornozelo, de maneira que o enquadramento da lesão deve ser feito conforme previsão da tabela para este seguimento.

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao Apelado, com base na lesão suportada:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10	R\$ 1.350,00

Repercussão	Valor da Indenização
100%	R\$ 1.350,00

Sendo assim, o enquadramento da lesão deve ser feito conforme cálculo acima, considerando, ainda, o incontroverso pagamento administrativo realizado na quantia **de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), não havendo que se falar em diferença indenizatória.**

Diante do exposto, requer a total improcedência da demanda.

Caso não seja este o vosso entendimento, requer a intimação do perito para que refaça o laudo apontando invalidez correspondente a revisão da tabela.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 24 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR